



Ação Psico & Social: na efetivação de um espaço de cuidado no abrigo da ESEFID durante a situação de calamidade do RS

Tatiana Reidel¹, Clarissa M.Trentini¹, Rosemarie G.Tschiedel¹, Flávia Wagner¹, Júlia Jochims Schneider², Laura A. F. Wottrich²

¹Instituto de Psicologia, Serviço Social, Saúde e Comunicação Humana da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (IPSSCH/UFRGS)

²Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul
e-mail: tatyreidel@gmail.com

Resumo

O artigo relata a experiência da ação de um grupo de profissionais e estudantes de psicologia e serviço social vinculados ao Instituto de Psicologia, Serviço Social, Saúde e Comunicação Humana da Universidade Federal do Rio Grande do Sul na criação de um espaço de acolhimento e atendimento para mais de 600 pessoas desabrigadas pela enchente de maio de 2024, na ESEFID. A ação envolveu diversas frentes de trabalho, com o objetivo de promover cuidados, bem-estar e acesso a direitos sociais. O artigo detalha as fases do trabalho: reconhecimento do campo, mapeamento de demandas, monitoramento, encaminhamento e despedida. Destaca a importância da interdisciplinaridade, da escuta qualificada e do vínculo com as pessoas afetadas, além da articulação com a rede de serviços e políticas públicas. A experiência resultou em aprendizados significativos para os envolvidos, reforçando o compromisso social da universidade e a necessidade de abordar temas como emergência climática e

atendimento em situações de calamidade no âmbito acadêmico.

Palavras-chave: enchente, emergência climática, saúde mental.

Abstract

The article reports the experiences of a group of psychology and social work professionals and students partnered with Institute of Psychology, Social Work, Health and Human Communication of the Federal University of Rio Grande do Sul, in the creation of a comforting and caring shelter for over 600 unsheltered people by the flood in May of 2024, at EISEFID. The action involved diverse working fronts, with the objective of providing care, well-being and social rights for the unsheltered. The article describes the phases of work: analyzing the designated area, organization of demands, monitoring, referral and farewell. The article also reinforces the importance of interdisciplinary work, the qualified listening and relationships with the affected people as well as articulation with the network of services and public policies. The experience resulted in a significant learning opportunity for those involved, reinforcing the university's social commitment and the need to address themes such as climate emergencies and disaster relief in the academic scope.

Keywords: flood, climate emergency, mental health.

Introdução

Todos acordamos sobressaltados naquele inesquecível 04 de maio de 2024. As chuvas já vinham se pronunciando – a cada tempo com mais intensidade – desde o dia 30 de abril. Mas ali ainda não sabíamos o tanto que teríamos pela frente, quantas pessoas, animais, espaços de vida, de história, famílias, crianças, adolescentes, idosos, suas perdas, quantos espaços de (com) vivência viriam a se estabelecer forçosamente naquele sábado.

Este relato se refere à construção de uma frente de trabalho carinhosamente intitulada de 'Ação Psicossocial e Saúde Mental' que ocorreu em um dos ginásios de esportes que se transformou em um espaço de abrigo provisório para mais de 600 pessoas devido à crise emergencial climática na Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança (ESEFID) da UFRGS.

Esta ação faz parte de uma força maior, composta por diversas frentes de trabalho com um intuito partilhado: promover cuidados e bem-estar, orientações, informações, encaminhamentos, por meio de ações que asseguraram o acolhimento e a contribuição para condições

dignas, assim como o acesso aos direitos sociais das centenas de pessoas desabrigadas pela enchente de maio no estado. Fato inédito, nesses moldes e nessa extensão. Podemos considerar, como refere Mehry (2019), que esta experiência de grande mobilização, exigiu uma combinação de múltiplos conhecimentos em saúde, tanto técnicos das diferentes profissões, como os saberes e viveres das pessoas abrigadas para produzir o cuidado diante de situações diversas.

Num primeiro momento, cabe contextualizar quem somos. Esta ação em particular é vinculada ao Instituto de Psicologia, Serviço Social, Saúde e Comunicação Humana da UFRGS. Somos técnicas, professoras e profissionais que compuseram um coletivo junto a diversos outros profissionais das áreas de psicologia e serviço social, muitos deles nossos(as) alunos(as), ex-alunos(as), profissionais de outras instituições e autônomos que se juntaram a esta atividade, compondo uma grande equipe. Nossa ênfase aqui é mostrar a construção de nossa frente de trabalho. Para tanto, vamos apresentar as fases que percorremos desde que fomos chamados a atuar em campo. São elas: fase 1 - conhecendo o campo, foco na acolhida,

mapeamento e identificação de demandas; fase 2 - monitoramento e encaminhamento de demandas, descobrindo os caminhos; e fase 3 - já maduros, construindo a despedida.

Fase 1: Conhecendo o campo, as pessoas, foco na acolhida e demandas

No dia 04 de maio, a Direção do IPSSCH foi chamada a compor a acolhida de centenas de desabrigados pela enchente em Porto Alegre RS. Naquele momento fomos contatados pela Reitoria da Universidade. O nosso Instituto é composto por 3 cursos, a saber: Psicologia, Serviço Social e Fonoaudiologia (esse último em consórcio com a Faculdade de Odontologia). Após um primeiro reconhecimento - em algumas horas, in loco - de modo quase simultâneo à entrada das pessoas no abrigo, fomos compondo quase que de modo espontâneo uma grande equipe.

Entre as pessoas estavam graduandos(as) e ex-graduandos(as) dos cursos de psicologia e serviço social, alunos(as) e ex-alunos(as) dos cursos de pós-graduação vinculados ao Instituto, técnicos(as), professores(as) e outros(as) profissionais vinculados aos diferentes espaços que compõem o IPSSCH. Um número expressivo de profissionais e estudantes demonstrou disponibilidade para auxiliar na ação, totalizando aproximadamente 120 pessoas envolvidas, além daqueles inscritos em um cadastro reserva, por meio de formulário online. É preciso referir que, ao longo dos primeiros dias, não foram poucas as pessoas da equipe que também foram afetadas pela enchente, à medida que as águas seguiam fazendo vítimas. Assim, muitos colegas precisaram buscar abrigo durante o percurso, ficando impedidos de dar continuidade ao trabalho que iniciaram junto ao coletivo.

Preocupadas em oferecer um cuidado qualificado e respaldado por intervenções que respeitassem, princípios científicos e aprendizados

já vivenciados em outros momentos de crise, foi organizada uma breve capacitação online, ainda no sábado. Esse momento teve como objetivo uma breve revisão dos conceitos relacionados aos primeiros cuidados psicológicos e à importância de uma abordagem social em desastres, assegurando uma ação eficaz e humanizada, atendendo às distintas demandas que se apresentariam no decorrer do trabalho. Neste encontro, também foi discutida a adaptação de um instrumento que denominamos de ficha cadastral que serviu como um dispositivo para aproximação e mapeamento de quem eram e quais as principais demandas das pessoas em situação de abrigo naquele espaço. O encontro foi gravado e seguiu sendo compartilhado com todos que se uniriam ao coletivo de trabalho na sequência.

Nosso grupo trabalhou de modo interdisciplinar e orgânico, numa interação constante entre profissionais e pessoas abrigadas, identificando demandas para atendê-las e/ou encaminhá-las, buscando articular as diferentes políticas sociais públicas. Os primeiros esforços também incluíram o preenchimento da ficha cadastral elaborada pelo grupo, sendo este um instrumento que serviu tanto na identificação de demandas como um dispositivo cuidado. Muitas abordagens foram iniciadas a partir desta coleta e, neste momento, cada membro desta equipe passa ao lugar de testemunha do sofrimento das pessoas ali abrigadas, iniciando o estabelecimento do vínculo e da confiança para as trocas que ali eram inauguradas. Foram feitas escutas de histórias das vidas das pessoas, em especial abordando questões emocionais, familiares e sociais.

Destacamos o quanto o processo de planejamento, execução, avaliação e gestão do trabalho em situações de desastre ocorre de modo simultâneo e dinâmico. Para tanto, diferentemente do trabalho que se desenvolve diariamente nas áreas do serviço social e da psicologia, mesmo no atendimento de populações vulneráveis,

há “um tempo” muito distinto deste em que a situação de emergência nos impôs. No entanto, tivemos muito cuidado para que as ações não se configurassem meramente pontuais, fragmentadas ou imediatistas. Nesse contexto, a referência de uma coordenação para a grande equipe de trabalho, que aumentava muito nos primeiros dias, foi essencial para a segurança e o direcionamento alinhado das ações. A partir deste entendimento, comissões de coordenação específicas foram se organizando.

Da mesma forma, simultaneamente, comissões com outros grupos de trabalho foram-se constituindo, o que permitiu que o nosso grupo pudesse estar integrado a um conjunto de serviços e setores que desenvolviam os mais diversos atendimentos e serviços para esta população. O contato direto com os demais profissionais e setores, a comunicação, interlocução, troca, apoio, bem como as intervenções realizadas em parceria foram fundamentais para que conseguíssemos dar seguimento ao nosso trabalho. Nesse sentido, um grupo que reunia diariamente profissionais representantes da coordenação dos serviços de saúde e assistência, denominado “S.O.S ESEFID” foi constituído. Este grupo foi de fundamental importância no trabalho interdisciplinar que envolveu saberes dos diferentes cursos lá presentes, como a educação física, enfermagem, farmácia, odontologia, nutrição, medicina, fisioterapia, veterinária, saúde coletiva e outros que, junto com a psicologia e o serviço social, atuaram na ESEFID. Em uma situação emergencial como esta, as demandas transformam-se de forma muito dinâmica e as reuniões diárias foram fundamentais para a efetiva articulação e atendimento das necessidades identificadas. A disposição dos diferentes grupos, áreas e setores para buscar alternativas conjuntas, através da sistematização das ações para avaliação dos direcionamentos, das combinações que viabilizassem a assistência às pessoas, bem como a comunicação, os contatos e a circulação das informações, foram imprescindíveis

para um fazer em rede.

No âmbito do nosso grupo, observamos a necessidade de reuniões tanto entre a comissão coordenadora como também com todos os participantes, usualmente realizadas na modalidade online, no turno da noite. Esse espaço permitiu o compartilhamento das situações que ocorriam a cada dia e que demandavam respostas muitas vezes urgentes, mas também exigiam um planejamento e uma articulação com outros profissionais e serviços. As primeiras experiências de atendimentos no abrigo foram sinalizando a necessidade de estrategicamente propor o envolvimento da equipe por meio de uma organização que denominamos de Grupos de Trabalho (GT). Assim, organizamos quatro GTs, cada qual com suas lideranças. Para além da coordenação geral (da Direção do IPSSCH) tivemos também uma Comissão Coordenadora formada pelas lideranças dos GTs criados, o que, em nossa avaliação, permitiu uma melhor organização das informações e sistematização das experiências diárias. Os quatro GTs constituídos foram:

1. GT Dados e Informações – Este grupo foi responsável pela organização dos dados coletados junto aos abrigados, o que possibilitou, a partir de uma análise, a construção de estratégias para resolução das demandas identificadas. A partir disso, foi possível assegurar não somente o armazenamento e compilação dos dados, como também agilizar a identificação das pessoas, de suas demandas e dos registros dos acompanhamentos realizados. Houve um grande cuidado com as implicações éticas dessas informações, assim como com as precauções advertidas pela Lei Geral de Proteção de Dados (BRASIL, 2018). Em uma situação emergencial e dinâmica como a que foi vivenciada, foi fundamental a mediação deste GT na organização dos diferentes grupos de trocas de mensagens, assim como no gerenciamento dos dados armazenados eletronicamente e que demandaram um controle cuidadoso de quais profissionais teriam

acesso e a qual conteúdo. Além das atividades já descritas, o GT Informações também organizou a escala diária de profissionais que estariam presentes, assegurando a identificação dos voluntários e a presença de membros representantes dos diferentes GTs de acordo com as demandas identificadas. Por fim, também ficou sob responsabilidade deste GT, a compilação de informações externas necessárias e a produção de materiais auxiliares solicitados pelas diversas equipes de trabalho.

2. GT Infância e Adolescência – O trabalho deste GT iniciou compondo o espaço organizado coletivamente com as equipes da educação física e da enfermagem, que estavam atendendo às crianças desde a sua chegada. Logo em seguida, profissionais de diferentes áreas incluindo dança, musicoterapia, pedagogia, pediatria, bem como serviço social e psicologia passaram a integrar esse grande grupo responsável pelos atendimentos às crianças e adolescentes do abrigo. As especificidades do GT Infância e Adolescência da Psicologia e do Serviço Social foram identificadas a partir de um documento construído com objetivo de orientar o trabalho dessa equipe. As principais atividades envolveram principalmente a presença e o acompanhamento no espaço denominado sala do brincar, bem como atendimentos específicos identificados a partir da observação e da escuta das crianças e dos adolescentes. Muitos dos acolhimentos foram extensivos aos responsáveis e aos familiares, sendo alguns dos encaminhamentos realizados com intuito de assegurar a proteção às crianças/adolescentes.

3. GT Saúde Mental – neste grupo de trabalho foram acompanhados os adultos e os idosos, bem como voluntários e equipes de voluntários. Prevaleceu, neste trabalho, a acolhida, o apoio à organização de atividades bem como o fortalecimento das estratégias de enfrentamento individuais e coletivas. Inicialmente, foram identificadas pessoas que já apresentavam situações

de saúde mental prévias a fim de assegurar o seguimento do tratamento farmacológico e/ou oferecimento de apoio psicossocial. A equipe também foi procurada por pessoas que gostariam de ter uma escuta mais especializada e por voluntários que identificavam alguma demanda. Em alguns momentos, avaliações e manejo de situações de risco de vida ou exposição moral foram necessárias. Na perspectiva de cuidado da pessoa que é envolvida em uma situação de calamidade como esta, faz-se necessária a escuta como forma primordial de cuidado.

É diante da presença do outro, como testemunha do evento ocorrido e de seu impacto, dando voz e integração à experiência catastrófica, que existe a possibilidade do início da elaboração da experiência e a possibilidade de impedir ou diminuir aquilo que poderá tornar-se o que chamamos de trauma. O trauma é uma experiência que supera a capacidade da pessoa, de um grupo, de uma comunidade, e para superação desta experiência individual e coletiva, onde o recurso da presença e da palavra são valiosos, transformadores. Assim, este grupo atuou por diferentes vias de acesso com o objetivo maior de mitigar o impacto e o dano sofrido por cada pessoa abrigada no espaço.

Ao longo dos dias, também foi necessário estender as ações de atendimento a alguns voluntários e equipes envolvidos nos distintos serviços e setores. As vivências decorrentes da interação e da assistência direta em uma situação de grande estresse demandaram um espaço de escuta para aqueles que estavam no abrigo como voluntários nas mais diversas atividades. Situações relacionadas à estruturação e preparo das rotinas de alimentação e à organização da distribuição de doações, por exemplo, podem gerar tensões, discordâncias, conflitos que, por vezes, levam a um sofrimento psíquico. Nesse sentido, acolhimentos individuais e coletivos foram realizados nos diversos espaços, tendo sido disponibilizada a escuta também para os voluntários. A participação de acadêmicos dos diferentes cursos da UFRGS também suscitou

a necessidade de um momento de acolhimento e orientação a esses futuros profissionais, que ainda vivenciam muitos questionamentos e inseguranças com relação ao papel profissional.

4. GT Mobilização e Articulação – Por meio deste GT articulamos e mobilizamos a população em situação de abrigamento, buscando a socialização de informações e orientações que se referem ao acesso aos direitos sociais, às políticas públicas e a seus serviços/programas bem como aos benefícios que poderiam ser acionados neste momento e pós-desastre.

Conseguimos mobilizar e articular diversos tipos de demandas, desde as mais simples até aquelas mais complexas. Como exemplo, podemos citar o acompanhamento da organização de espaços coletivos para fortalecimento do protagonismo das pessoas, por meio de abordagens grupais ampliadas, assembleia, da participação e do envolvimento delas nos distintos processos, bem como a articulação

com rouparia, alimentação e serviço veterinário. Citamos também articulações maiores, que envolveram ações com o contexto externo, a exemplo da feitura de documentos, da identificação dos serviços de saúde, assistência, educação e outros nos territórios e realização de articulação com profissionais referenciados nas distintas políticas sociais públicas, com vistas a refletir sobre o atendimento já vivenciado pelos mesmos em seus territórios de origem, bem como a construção conjunta de perspectivas para quando ocorresse a saída da situação de abrigamento.

Fase 2: Monitoramento e encaminhamento de demandas: descobrindo os caminhos

Embora tenha sido criado um espaço físico que demarcava geograficamente o local onde nos encontrávamos, reconhecido como “Tenda Psico/Social, cabe mencionar a relevância e diferença que fez, para os que neste local atuaram, a sensibilidade e perspicácia de não



Figura 1. Organização dos Grupos de Trabalho (GT)
Fonte: Autores (2024)

terem ficado restritos a este espaço. Foi necessário ir ao encontro das pessoas, buscando contato e aproximação, circulando entre elas, estabelecendo vínculos tanto com aqueles que se encontravam em situação de abrigo quanto com aquelas e demais pessoas que estavam trabalhando nos diferentes serviços e setores. De forma a ilustrar nossa intervenção, diante da identificação da falta de informação das pessoas ali abrigadas sobre o contexto da cidade e dentro do próprio abrigo, foi construído um momento chamado "Notícias para você", no qual diariamente, ao final do dia, um membro do grupo informava as pessoas abrigadas sobre acontecimentos importantes, organização dentro do abrigo, programação de atividades e mobilização para participação. Era um momento de encontro com o coletivo, realizado diariamente ao final do dia.

Ao longo dos dias, fomos aprimorando a organização interna e agilizando o fluxo das informações necessárias para a realização do trabalho. Realizaram-se reuniões periódicas entre a comissão de coordenação e as coordenações dos GTs e, cada GT, também se reunia para planejamento, trocas, supervisão e encaminhamentos. A reunião com todos os envolvidos se desenvolveu de modo mais espaçado no desenvolvimento do trabalho, mas também se constituiu de fundamental importância no alinhamento das ações, especialmente no cuidado e troca sobre o direcionamento do trabalho e não sobreposição dos mesmos.

O trabalho desenvolvido pelo GT de Mobilização e Articulação contribuiu para o encaminhamento de inúmeras necessidades identificadas por meio do atendimento às pessoas, dentre elas, dúvidas sobre direitos assistenciais, previdenciários e trabalhistas, sobre rede assistencial, sobre perda total ou parcial de documentos, além de questões específicas que envolviam demandas sobre entradas/saídas/transferências das pessoas em situação de abrigo e que envolviam relações entre

abrigados(as) e familiares, dentre outras. Diante desse contexto, foi fundamental a articulação direta com inúmeros setores e organizações, como a Caixa Econômica Federal, com as equipes que fizeram as atualizações e novos cadastros do CadÚnico, a Defensoria Pública da União, articulação com a nossa Faculdade de Direito que por meio de seus Grupos de Assessoria Jurídica (SAJU) constituiu-se como parceiro no atendimento e assessoria aos abrigados. Em meio a todo este processo, compreendemos a necessidade de refletir criticamente sobre as (ir)responsabilidades públicas e privadas envolvidas nas "calamidades públicas", para que possamos, junto com as populações atingidas, cobrar justiça e proteção social

As demandas específicas de saúde mental, após a chegada e organização do abrigo nos primeiros 10-15 dias, foram se apresentando de forma diferente. O momento inicial foi dedicado a assegurar o acesso às necessidades essenciais de higiene, segurança e cuidado, além de garantir que situações de maior risco (crises de abstinência, risco de auto e heteroagressão, risco de exposição moral) fossem identificadas e diferenciadas das reações esperadas frente a uma situação como essa (tristeza, raiva, ansiedade, insônia, medo). Paralelamente identificaram-se demandas relacionadas ao acesso aos direitos, benefícios e novos auxílios disponibilizados pelo governo. A falta de informações consistentes e a dificuldade de encaminhar essas demandas foi a principal questão neste momento, gerando muita ansiedade diante da impotência vivenciada. Dessa forma, o trabalho em saúde mental somou-se aos esforços da equipe de serviço social no encaminhamento dessas questões. Destacamos que a integração com o serviço de psiquiatria, com quem atendemos conjuntamente casos e famílias, alcançou muitos benefícios oriundos dessa união.

Segundo as Referências Técnicas para Atuação de Psicólogos(as) na Gestão Integral de Riscos, Emergências e Desastres, disponibilizadas pelo

Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2021), quando consideramos um desastre, é preciso compreender que há uma ruptura no funcionamento geral da comunidade afetada – em nível global ou não. Isso significa que, por conta de uma série de fatores inesperados, uma grande quantidade de pessoas é atingida por problemas de ordem biopsicossocial. Desde prejuízos econômicos, estruturais, sociais, de saúde física e mental, até a incidência de mortes. Deste modo, diante de circunstâncias desafiadoras, o trabalho da equipe volta-se para contribuir com o fortalecimento das estratégias de enfrentamento coletivas e individuais, fortalecendo os laços entre as pessoas e oferecendo apoio quando necessário.

No caso da atenção à infância e adolescência, o trabalho que se iniciou bastante centrado na construção e no cuidado desenvolvido na sala do brincar (junto às demais áreas anteriormente citadas), logo precisou ser ampliado para outros espaços e ambientes do abrigo e da própria rede de atenção intersetorial. Ainda que os turnos da sala do brincar fossem bastante movimentados (chegando a ter mais de 60 crianças presentes em um único turno), logo fomos percebendo - e sendo avisadas por voluntárias e voluntários de outros setores do abrigo - que os casos que demandavam maior atenção e intervenções mais específicas nem sempre chegavam até o espaço proposto para o acolhimento, a convivência e o livre brincar. Dessa forma, também se construíram alguns acompanhamentos e intervenções pontuais dentro do próprio ginásio (no caso de crianças e adolescentes que apresentavam maiores dificuldades no trânsito e na convivência com os pares), junto a outras equipes que também propunham atividades para essas faixas etárias (como o grupo Movimenta, constituído por discentes e docentes da ESEFID, e que organizava atividades lúdicas e esportivas diárias em outros espaços), e com parceiros externos (como o Sereno Canto, com atividades de acalanto e contação de histórias para a hora de dormir). Além disso, também se estabeleceram

contatos com a rede intersetorial (em especial da saúde e da assistência social), especialmente nas situações em que se identificou a necessidade do seguimento e da continuidade do acompanhamento e/ou de atendimentos específicos para o momento posterior ao abrigamento.

Fase 3: Já maduros, construindo a despedida

Tendo em vista o momento de desmobilização do abrigo da ESEFID e a notícia de que muitas famílias ainda não poderiam retornar para seus territórios de origem, sendo encaminhadas para outros espaços de permanência provisórios, foram construídas, junto a bolsistas de extensão do GT da Infância e Adolescência, algumas estratégias para o acompanhamento e o encaminhamento das crianças e adolescentes do abrigo junto à rede intersetorial. Mantêm-se, assim, os contatos com as redes de assistência, educação e saúde, na perspectiva da garantia de direitos e da sustentação do cuidado nos momentos posteriores à saída do abrigo. Além disso, junto ao grupo maior composto pelas demais áreas de conhecimento que por meio de trabalho interdisciplinar realizavam o atendimento às crianças e adolescentes, foram montados kits com mochilas, roupas, brinquedos e materiais escolares para todas as crianças e adolescentes, bem como foram construídas algumas estratégias singulares para aquelas que apresentaram maior sofrimento com o momento de saída do abrigo (como cartinhas e camisetas assinadas pelo grupo de voluntárias e voluntários).

O GT de mobilização e articulação fez contato com as referências da rede de cuidado do território, buscando dividir e auxiliar na transição do cuidado das pessoas que ali estavam abrigadas. Foram identificados os serviços de assistência social, Unidades Básicas de Saúde e outros, onde os abrigados eram cadastrados/atendidos, sendo feita uma aproximação com as referências técnicas visando aproximação, troca e continuidade do atendimento.

Uma das ações junto à saúde foi a identificação da necessidade dos registros dos atendimentos realizados dentro do abrigo, sendo articulada uma ação específica para inserção do material no e-SUS que foi proposta e mediada pela coordenação do grupo de representantes das áreas e serviços da saúde e assistência (S.O.S Esefid), que em parceria com a política de saúde municipal garantiu este encaminhamento.

Com relação à “despedida” da equipe de voluntários do IPSSCH foi realizado um encontro onde todas as pessoas que estiveram de alguma forma envolvidas foram convidadas a participar. Neste momento, trocas, relatos de experiências foram compartilhados de forma a favorecer a elaboração e encaminhamento desta etapa. A experiência deixou nítido que cada um esteve envolvido de forma singular, porém era comum a todos a sensação de que o retorno à “normalidade” não parecia fazer sentido após momentos tão intensos e de tantas conexões. Assim, ficou explícito que todos os ali presentes sairiam desta vivência de forma diferente, levando histórias, novos saberes técnicos, éticos e afetivos para sua caminhada profissional e pessoal.

Considerações finais

Vale referir que este trabalho só foi possível em função do apoio e parceria constante dos demais profissionais da área da saúde, assim como de todos que compuseram os vários setores e áreas de conhecimento que desenvolveram ações na ESEFID, aqui reconhecidos como colegas, voluntários, profissionais da secretaria do esporte da prefeitura municipal, da Organização Não-Governamental (ONG-ADRA), enfim, todos. Cabe aqui especialmente destacar nosso reconhecimento ao envolvimento integral e coordenação geral desta ação assumida pela Direção da ESEFID.

Entre as preocupações daqueles que conosco estavam envolvidos neste trabalho, destacamos as dificuldades encontradas diante da necessidade de tomadas de decisões dos poderes públicos por meio de soluções concretas, assim como a articulação com uma rede que sabidamente atua em sua capacidade máxima em sua rotina, sobrecarregada, sendo completamente desarticulada em uma situação de calamidade com esta.



Figura 2 - Equipe de trabalho
Fonte: Autores (2024)

Embora tenhamos a compreensão e a defesa do compromisso e responsabilidade do Estado e das políticas sociais públicas, esta tragédia vivenciada e o acolhimento das pessoas atingidas no abrigo da ESEFID/UFRGS possibilitou ao Serviço Social e a Psicologia contribuírem, a partir do seu campo de conhecimento e por meio dos fundamentos teórico-metodológicos, técnico-operativos e ético-políticos, de forma interdisciplinar, alinhada, compondo com a parceria destas áreas, saberes e legislações pertinentes. Deste modo, compreendemos que, para intervir com respostas qualificadas em planejamento e avaliação de ações, é necessário estudar e conhecer, participar dos movimentos sociais, promover articulações, fortalecer o protagonismo dos envolvidos, estabelecer vínculos e se comprometer com a população.

Quanto às pessoas que estiveram envolvidas nesta imersão, podemos compartilhar que a vivência desta ação se deu em um tempo em que as horas acompanhadas pelo relógio não traduziam o verdadeiro tempo que vivíamos, e nem os dias ou semanas computaram igualmente o calendário que nos rege. O trabalho vivenciado pelo serviço Psico & Social coordenado pelo IPSSCH perpassou e impactou inesquecivelmente todas as pessoas envolvidas (estudantes, professores, técnicos, egressos e demais profissionais) que se vincularam a este trabalho. Fica o registro que esta ação só pode acontecer em função do grupo ter decidido fazer esta difícil travessia de forma coletiva,

articulada, coordenada, com muito respeito a todas as pessoas envolvidas.

A vivência desta ação também possibilitou uma experiência incomparável de formação técnica, ética, humana e cidadã. Sinalizando a relevância de que temas como a emergência climática e o atendimento em situações de calamidades, sejam pautados e priorizados na universidade no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão. No percurso vivenciado e apresentado neste artigo, a teoria e prática caminharam de mãos dadas evidenciando a serviço de quem deve estar o conhecimento. Assim, reiteramos o compromisso social da nossa universidade pública, onde utilizamos o conhecimento de excelência que nela é produzido, junto com o rigor técnico e implicação ética para, por meio de nossa intervenção, atender com dignidade e qualidade às centenas de pessoas vitimadas pela enchente, com as quais vivenciamos os últimos dois e intensos meses no abrigo que estava na Esefid e que nos deixam significativas e profundas marcas. ◀

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Lei nº 13.709**, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Brasília, DF: Presidência da República, [2020].

MERHY, E. E. *et al.* **Rede Básica, campo de forças e micropolítica: implicações para a gestão e cuidado em saúde**. Saúde em Debate, v. 43, n. spe6, p. 70–83, 2019.

Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) na gestão integral de riscos, emergências e desastres. **Conselho Federal de Psicologia, Conselhos Regionais de Psicologia, Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas**. — 1. ed. — Brasília : CFP, 2021. 96 p

CFESS Manifesta: O trabalho de assistentes sociais em situações de calamidades. **Conselho Federal de Serviço Social**. Brasília (DF):CFESS, 2022.